



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS E PESQUISAS**

## **REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS**

**ISSN 1807-1279  
volume 1 número 1  
julho 2004**

**Brasília-DF**

**CGDOC  
FUNAI**

© 2004 FUNAI

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Revisão textual: Karla Carvalho-CGDOC

Catálogo: Cleide Albuquerque Moreira - CRB 1100

Projeto gráfico/editoração eletrônica: Marli Moura/DIE-CGDOC

Capa: Thiago Neiva

Capa: Desenhos Asurini e Karajá / Cesto Xerente

Dados internacionais de catalogação  
Biblioteca "Curt Nimuendaju"

---

REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS. Brasília: FUNAI: CGEP/CGDOC,  
v.1, n.1, 2004 -

Semestral

ISSN 1807-1279

1. Etnologia Indígena 2. Índios - Brasil 3. Javaé 4. Karajá 5. Makuxi 6. Wapixana  
7. Identidade Étnica 8. Kalancó 9. Tikuna 10. Política Indigenista 11. Terras  
Indígenas 12. Asurini 13. Ecoturismo 14. Kamayurá 15. Parque Indígena do Xingu  
16. Escravidão Indígena I. Fundação Nacional do Índio II. Coordenação-Geral de  
Estudos e Pesquisas

CDU 572.95(81)

---

Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
Diretoria de Administração - DAD  
Coordenação-Geral de Documentação - CGDOC  
SEPS Q. 702/902 - Ed. Lex - 1º Andar  
CEP 70390-025 - Brasília-DF - Brasil  
Telefones: (61) 313-3600 / 313-3602 - Fax: (61) 313-3653  
indios@funai.gov.br  
página na internet: <http://www.funai.gov.br>

## SUMÁRIO

07 **Editorial**

### ARTIGOS

11 **O povo do meio: uma paradoxal mistura pura**

Patrícia de Mendonça Rodrigues

65 **A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas**

Stephen G. Baines

99 **Dos estigmas aos emblemas de identidade: os percursos da formação de um povo**

Ugo Maia Andrade

141 **O GT Lauro Sodré em uma perspectiva da história da demarcação de terras indígenas no Alto Solimões**

Regina Maria de Carvalho Erthal e

Fábio Vaz Ribeiro de Almeida

181 **Duas décadas de projetos de desenvolvimento entre povos indígenas: da resistência às frentes de expansão do capitalismo nacional à globalização e ambientalismo dos anos 90**

Regina Polo Müller

- 205 **Dinâmica cultural**  
Carmen Junqueira
- 241 **A escravidão do indígena, entre o mito e novas  
perspectivas de debates**  
André R. F. Ramos
- 267 **RESENHAS**

## EDITORIAL

A Fundação Nacional do Índio tem o orgulho de apresentar uma nova revista dedicada à questão indígena no Brasil. Nossa revista de Estudos e Pesquisas chega para somar esforços na busca incessante para compreender o ser e a existência dos povos indígenas e sua relação com o mundo que os circunda.

É uma revista aberta à contribuição de todos os antropólogos, de quaisquer correntes teóricas. Exigimos tão somente e, seguindo a tradição mais consolidada da Antropologia, que os textos sejam resultado de pesquisa de campo, que tenham a marca do convívio e do diálogo com os próprios índios. Queremos também que as contribuições tenham um cunho experimental, no sentido de indicar possibilidades novas de compreensão do problema e apontar encaminhamentos de ação política, tanto por parte dos índios quanto por parte do órgão indigenista.

Esta revista surge num momento muito especial da vida indígena, mas também da vida brasileira em geral. Em primeiro lugar, partimos da compreensão de que o Brasil e o mundo estão se dando conta de que os povos indígenas que sobreviveram ao holocausto da conquista e do colonialismo externo e interno estão hoje em franco crescimento demográfico. Em minha avaliação dos dados conhecidos e inferidos e das controvérsias suscitadas, publicada no livro *Os índios e o Brasil* (Vozes, 1991), havia, em 1500, no território que se tornaria o Brasil, cerca de cinco milhões

de índios, distribuídos entre 500 a 800 povos distintos. Desde então a queda demográfica foi vertiginosa, chegando a menos de 120.000, por volta de meados da década de 1950, quando Darcy Ribeiro escreveu seu famoso ensaio "Convívio e Contaminação". Hoje nossos dados apontam para um número superior a 420.000 (set/2004). Alguns povos, como os Xavante, passaram de 2.500, ao tempo de seu contato com uma equipe do antigo Serviço de Proteção aos Índios, em 1946, para 1.500 dez anos após; e hoje somam mais de 11.000. Os Waimiri-Atroari, que haviam caído para menos de 400 pessoas em 1986, somam hoje mais de 1.100. Em cada geração vindoura (15 a 18 anos) os índios duplicarão sua população. No ano de 2020 os índios certamente terão ultrapassado a casa do milhão de indivíduos.

Entretanto, é preciso que assumamos com toda a responsabilidade, há alguns povos indígenas que se encontram à beira da inviabilidade étnica, com número populacionais na casa de poucas dezenas de pessoas. Alguns, como os Avá-Canoeiro, os Juma e os Kanoé são menos de 10. O caso extremo é o de um único índio que vive só, entocado em um abrigo, sem querer comunicação com ninguém, Nem sabemos que língua fala.

O que podemos fazer por esse povos indígenas em tais circunstâncias? Eis um assunto que vem atormentado gerações de antropólogos e indigenistas, para o qual não há resposta fácil. Em alguns casos, povos indígenas com menos de 50 pessoas sobreviveram, ultrapassaram a zona de inviabilidade étnica e hoje assomam em toda sua plenitude político-cultural. Exemplos que me vêm à mente são os Trumai, do alto Xingu, e os Tapirapé, do vale do Araguaia.

Essa revista não deixará de debater esse assunto e certamente os seus autores terão contribuições importantes para a busca de alternativas e soluções.

O segundo ponto especial da vida indígena brasileira na atualidade é a questão da garantia das terras indígenas. Desde a criação do SPI, o Brasil vem ampliando sua consciência sobre a legitimidade dos povos indígenas sobre as terras que habitam tradicionalmente. De início, o modelo usado para reconhecer e demarcar as terras indígenas vinha da época colônia, da alocação de glebas e sesmarias. Eram terras mapeadas em quadras, círculos e retângulos, de uma légua em quadra, ou de uma légua de testa por duas de fundo. Como se a tradição indígena fosse uma resultante da geometria euclidiana!

O SPI reconheceu e demarcou terras indígenas desse modo durante muitos anos. Até que o encantamento que adveio do reconhecimento da cultura xinguana, tão harmônica entre povos de línguas tão diversas, levou Orlando Villas-Bôas, Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão a propor ao Marechal Rondon e a Getúlio Vargas a criação do Parque Nacional do Xingu, em 1953 (confirmado formalmente por Jânio Quadro em 1961). Daí por diante, o SPI, os antropólogos, indigenistas e sertanistas, depois a FUNAI, com ou sem os militares, passaram a ver as terras indígenas como territórios, como natureza culturalizada. Suas formas, limites, recursos naturais passaram a ser ditados pela compreensão que cada povo indígena fazia deles. Agrega-se a isto a visão de história, segundo a qual cada povo tem o território que tem em função de sua luta, de seu relacionamento com o mundo exterior. É por isso que há povos indígenas, como os Kayapó, Munduruku, Waimiri-Atroari, Tukano, Yanomami, e outros, que têm mais de dois, três, cinco, dez milhões de hectares; enquanto os povos indígenas que vivem no litoral e sofreram as agruras do colonialismo têm terras bem menores.

Como reparar as injustiças passadas, não sabemos. Cabe ao Estado brasileiro o dever constitucional de demarcar e garantir as

terras indígenas. E é muito provável que esse mandado seja cumprido nos próximos anos.

Portanto, é nessa situação feliz de crescimento demográfico e demarcação de terras indígenas que a questão indígena se situa hoje. Certamente é uma situação melhor do que há alguns anos, e aqueles antropólogos e indigenistas que viveram os anos duros da ditadura não têm dúvida.

Porém, os caminhos que se abrem aos povos indígenas não são tranquilos. A renovação da investida do capitalismo na Amazônia, desta vez calçada em lucros e não em incentivos fiscais e especulação, augura tempos difíceis. Quero acreditar que o povo brasileiro, junto aos povos indígenas, saberá encontrar novas soluções políticas e culturais para esse e outros desafios.

A Revista de Estudos e Pesquisas quer contribuir para o avanço de nossa compreensão sobre os novos rumos em que se situará a questão indígena brasileira. Ela é uma iniciativa da Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas-CGEP, divisão da FUNAI que cuida da pesquisa, especialmente daquela que advém do interesse intelectual da academia brasileira e internacional. Nosso acervo de relatório é preciso. O número de antropólogos que estudaram culturas indígenas é imenso. Queremos que esta revista seja um espaço de diálogo entre antropólogos e povos indígenas, e de esforço no sentido de buscar novas perspectivas para a ação indigenista, de que o Estado tanto necessita para executar sua função constitucional.

*Mércio P. Gomes*  
Antropólogo, Professor da UFF  
Presidente da FUNAI